

ATA DE CONFERÊNCIA PROCEDIMENTAL (CP)¹
(por videoconferência)
Plano de Pormenor do Alfamar e Envolvente (PPAE)
Câmara Municipal de Albufeira

Data e Hora 10.12.2024 11.00h	Local Videoconferência	Referências processuais 25.05.03.00004.2010 PP-08.01.01/1-10 PCGT - ID 1068
-------------------------------------	---------------------------	--

Peças em análise na CP	Proposta de Plano (outubro2024) Relatório Ambiental [RA] (outubro2024)
------------------------	---

Entidades convocadas, através da PCGT	
Agência Portuguesa do Ambiente/Administração da Região Hidrográfica do Algarve (APA/ARH)	Carlos Martins Zélia Martins
Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC)	Susana Pais
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, IP (CCDR)	José Pacheco Jorge Eusébio Manuel Vieira Ana Costa Isabel Neves Isabel Moura
Direção-Geral do Território (DGT)	Não compareceu, mas submeteu parecer na PCGT
Turismo de Portugal, IP (TP)	Marta Lazana

Entidades convidadas	
Câmara Municipal de Albufeira (CMA)	Eduardo Viegas Elisabete Grade
Equipa do Plano	Nuno Pina Teresa Correia Gonçalo Mártires Gonçalo Braga

A conferência procedimental, realizada por videoconferência, decorreu com seguinte ordem de trabalhos:

1. Abertura da reunião com breve nota sobre o objeto da mesma;

¹ No âmbito do n.º 3 do artigo 86.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) – DL n.º 80/2015, de 14.05, na redação atual.

2. Esclarecimentos da Câmara Municipal;
3. Posição das entidades sobre os documentos em apreciação;
4. Conclusões.

1. Abertura da reunião com breve nota sobre o objeto da mesma.

O representante da CCDR Algarve, Arq.º José Pacheco, Vice-Presidente, abriu a reunião e fez uma breve nota explicativa sobre o objeto e a forma de funcionamento da mesma.

Seguiu-se a identificação dos representantes das entidades participantes, encontrando-se garantida a legitimidade para vincularem os respetivos serviços e entidades, uma vez que a tramitação do presente plano decorre na Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT).

2. Esclarecimentos da Câmara Municipal relativamente às questões suscitadas

O representante da Câmara Municipal de Albufeira considera que a proposta já é suficientemente conhecida pelos intervenientes, resultante de um processo concertado.

3. Posição das entidades:

Entidades	Posição manifestada
APA/ARH	Nos termos da informação n.º I017299-202412-ARHLG.DPI, de 04.12.2024, com despacho de 09.12.2024, inserida na PCGT, salienta a necessidade de assegurar que a versão final do PPAE apresenta uma harmonização das peças desenhadas com as peças escritas, mais se pronunciando como segue: <ul style="list-style-type: none">- posição favorável à proposta de plano, identificando várias incongruências e lapsos que merecem ser corrigidos por forma a obter uma versão consentânea entre peças desenhadas e escritas;- posição favorável às propostas de exclusão no âmbito da REN, recomendando-se dar cumprimento aos aspetos evidenciados na atrás citada informação;- posição favorável ao relatório da AAE, com as recomendações referidas no ponto 5. da mesma informação, de modo a reunir as condições para o desenvolvimento do Relatório Ambiental (RA) a sujeitar a consulta pública.
ANEPC	Posição favorável, à proposta de plano , nos termos do ofício n.º OF/7872/CREPC02/2024, de 28.11.2024, inserido na PCGT. Relativamente à proposta de alteração da Reserva Ecológica Nacional (REN) acompanha a pronúncia da CCDR e da APA/ARH, entidades com competência própria em razão da matéria e que, para as situações de não integração na tipologia de REN ou exclusão de REN, deverão ser as respetivas medidas de mitigação de riscos para pessoas e bens, se aplicável, considerando as necessárias medidas de adaptação aos previsíveis impactes das alterações climáticas, integradas no regulamento do PPAE, assegurando o direito dos cidadãos à informação sobre os riscos a que estão sujeitos, e sobre as medidas

	<p>adotadas e a adotar com vista a prevenir ou a minimizar os efeitos de acidente grave ou catástrofe.</p> <p>Mais recomenda que todas as operações urbanísticas sejam precedidas de parecer dos serviços municipais competentes, tendo em vista apoiar ou delimitar a melhor solução urbanística possível, para minimizar a vulnerabilidade territorial e o risco associado, considerando as alterações climáticas; a população integrada nas áreas sujeitas aos riscos identificados deve ser informada, através dos serviços municipais competentes, com campanhas de sensibilização, prevenção e informação sobre os mesmos e medidas de autoproteção e/ou salvamento.</p> <p>Recorda, ainda, a Câmara Municipal de Albufeira, que, através do Serviço Municipal de Proteção Civil, e ao abrigo do disposto na Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, republicada em anexo ao Decreto-Lei n.º 44/2019, de 01 de abril, deverá acompanhar a fase de monitorização do Plano.</p> <p>Quanto ao Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica, manifesta posição favorável.</p>
CCDR	<p>Nos termos do despacho de 09.12.2024, exarado sobre a informação n.º I04045-202312-INF-ORD, inserida na PCGT, tendo presente as alterações introduzidas pela alínea i) do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de janeiro, que revogou a alínea a) do n.º 2 do artigo 85.º do RJIGT, considera-se, ao abrigo da alínea b) do nº2 do citado artigo, adotar a seguinte posição:</p> <ul style="list-style-type: none"> - posição favorável à proposta de plano, nos termos do ponto IV/4.1, alertando-se para a necessidade de ponderar o referido nos pontos III/3.2, 3.3 e 3.4, todos da citada informação; - posição favorável ao relatório da AAE, com as recomendações referidas no ponto III/ 3.5 da citada informação; - posição favorável às exclusões da REN nos termos do referido no ponto III/3.6.1 da citada informação; e posição favorável relativamente à RAN nos termos do referido no ponto III/3.6.2 da mesma informação.
DGT	<p>Posição favorável, nos termos do ofício n.º S-DGT/2024/8447, de 03.12.2024, inserido na PCGT, devendo ser corrigido o requisito 2.15 de 2. Cartografia.</p>
TP	<p>Nos termos do Ofício n.º SAI/2024/12890/DRO/DEOT/SS, de 06.12.2024 e da Informação de Serviço n.º PROP/2024/6492 [DRO/DEOT/ML], inseridos na PCGT, emite posição favorável condicionada à retificação das questões relativas a normas legais e regulamentares aplicáveis, bem como das questões de cariz técnico, conforme identificadas na parte IV da atrás citada Informação de serviço e fundamentadas na parte III, alertando-se para as demais questões identificadas na parte III.</p>

4. Conclusões

Face à posição transmitida pelos representantes das entidades presentes e dos pareceres emitidos à proposta do PPAE e ao RA em apreciação, em resultado desta Conferência Procedimental conclui-se que:

- a) **A proposta do PPAE em apreço reúne condições para prosseguir**, devendo a Câmara Municipal ponderar as condições / recomendações indicadas na posição manifestada pelas entidades consultadas;
- b) Relativamente **ao Relatório Ambiental** conclui-se pela **emissão de posição favorável com recomendações**, devendo a Câmara Municipal ponderar as condições / recomendações indicadas na posição manifestada pelas entidades consultadas.
- c) Relativamente **à Reserva Ecológica Nacional, conclui-se pela emissão de posição favorável com recomendações, às propostas de exclusão da REN**, nos termos da posição manifestada pelas entidades consultadas, nomeadamente pela APA/ARH Algarve e pela CCDR Algarve, IP;
- d) Relativamente **à Reserva Agrícola Nacional, conclui-se pela emissão de posição favorável**, nos termos da posição manifestada pelas entidades consultadas, designadamente pela CCDR Algarve, IP.

E nada mais havendo a referir, o representante da CCDR deu por encerrada a conferência, tendo sido lavrada a presente ata, passando a mesma a ser lida e aprovada pelos intervenientes presentes por videoconferência, e a ser assinada pelo representante da CCDR Algarve, com acordo dos demais intervenientes na reunião.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

Agência Portuguesa do Ambiente/Administração da Região Hidrográfica do Algarve

(Zélia Martins - por videoconferência)

Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil

(Susana Pais - por videoconferência)

Turismo de Portugal, IP

(Marta Lazana - por videoconferência)

Câmara Municipal de Albufeira

(Eduardo Viegas - por videoconferência)

Anexo: Informações emitidas, inseridas na PCGT, as quais constituem parte integrante da presente ata.